

## Porque um feminismo negro

### RESUMO

**Vilma de Souza Lopes**  
E-mail: vi.souzaunb@gmail.com  
Universidade de Brasília, Brasília,  
Distrito Federal, Brasil

O artigo pretende responder à pergunta “por que não um feminismo universal?”. Sojourner Truth, no século XIX, observou que enquanto os homens diziam que mulheres eram frágeis e precisavam de ajuda em tudo que fizessem, ela, mulher negra, era uma ex-escrava que arrou terra, trabalhou duro e suportou o açoite. Isso a fazia menos mulher que as outras? Assim, são consultadas intelectuais negras como bell hooks<sup>1</sup>, Angela Davis, Sueli Carneiro, Hazel Carby, Patricia Hill Collins e Djamila Ribeiro que, elucidando o conceito de interseccionalidade, buscam capturar os diversos eixos de subordinação à que as mulheres negras estão inseridas, explicando as diferenciações que devem ser levadas em consideração ao se tratar desse grupo específico. A leitura dos argumentos das autoras nos permite observar que a mulher negra está inserida em um patamar de violência que traz outras preocupações e que não fazem parte das pautas das mulheres brancas: a violência de gênero aliada à violência racial. Assim sendo, o artigo evidencia a necessidade de um feminismo negro, vale ressaltar que somente autoras negras foram utilizadas para discorrer sobre as teorias aqui abordadas, promovendo assim uma das demandas do feminismo negro: a representatividade das mulheres negras enquanto sujeito de suas histórias e não como meros objetos de estudos para os olhares brancos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Raça. Gênero. Feminismo Negro. Interseccionalidade.

## INTRODUÇÃO

Para início de conversa, é importante ressaltar que o presente artigo tem por objetivo demonstrar, por meio de teorias de intelectuais feministas negras, que a existência de um único feminismo é insuficiente e ineficiente para se tratar de questões relacionadas às mulheres. Isso porque a categoria mulher não é uma categoria universal e homogênea, ao contrário, as mulheres precisam e devem ser vistas em todas as suas especificidades. Para o melhor entendimento, faz-se necessário elucidar alguns conceitos importantes utilizados, bem como a importância dos/das autores/as aqui citados/as. O conceito de gênero utilizado nesse trabalho é baseado nos estudos de Joan Scott (1994), o conceito de raça utilizado por Kabengele Munanga (2004) e Sueli Carneiro (2002) e o de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002). Note-se que a maioria dos/das autores/as são negros/as, uma escolha proposital devido à temática e a importância de dar voz às pessoas negras – não como objeto de estudo, mas como sujeitos de sua própria história.

Traçando uma trajetória histórica acerca da significação do termo, a palavra gênero servia para qualificar as pessoas levando em consideração apenas o determinismo biológico, com características e especificações determinadas de acordo com o sexo, sem que se colocasse em pauta as relações sociais existentes entre eles. A classificação entre sexo masculino e sexo feminino é um exemplo de como essa conceituação pautada na matriz biológica foi sendo naturalizada, trazendo consigo um conjunto preestabelecido de comportamentos que separa e categoriza os seres humanos. Joan Scott vem contra essa classificação descritiva do termo, explicitando-o como uma categoria de análise ao invés de descritiva.

Para Scott (1994, p. 13),

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.”

Assim, gênero é uma concepção acerca das diferenças sexuais, e ao concebermos essas diferenças, além de as caracterizarmos predeterminando as ações de homem e de mulher, as hierarquizamos, separando-as em relações de poder. Diante disso, surge a utilidade analítica do termo, onde ao invés de fixarmos “homem” e “mulher” como categorias, os colocamos como variáveis, e não mais como algo imutável.

O termo “raça”, embora tendo seu conceito caído por terra ao ser comprovada a sua inexistência no caso dos seres humanos, continua sendo amplamente utilizado. O termo, utilizado pela Botânica e Zoologia para separar e categorizar as plantas e os animais, foi transportado para os seres humanos, para legitimar as relações de dominação e de sujeição, transformando-se em uma clara hierarquização. No século XVIII, a raça é utilizada para classificar os seres humanos de acordo com a cor de pele, entre as raças branca, negra e amarela, sendo a branca a raça dominante e a negra a raça passiva de todas as formas de dominação. Mais à frente, no século XX, a Ciência comprova a não existência de raça, no entanto o termo continua a ser utilizado (MUNANGA, 2004).

Confirmada a sua inexistência, raça adquire, portanto, um novo significado perante as sociedades, que não se remete a uma ciência biológica, mas sim a uma

realidade política e social, sendo conceituada a partir de um conceito pautado em uma construção sociológica e nas relações de dominação e exclusão (MUNANGA, 2004, p. 22). Imbuído de uma ideologia feita para justificar as relações de poder e de dominação baseado em diferenças físicas, como a cor de pele, o formato do nariz, da boca, etc.,

A constatação da inexistência das raças [...] que a ciência vem nos revelando nos últimos tempos, não tem impacto sobre as diversas manifestações de racismo e discriminação em nossa sociedade e em ascensão no mundo, o que reafirma o caráter político do conceito de raça e a sua atualidade, a despeito de sua insustentabilidade do ponto de vista biológico. (CARNEIRO, 2002, p.1).

A interseccionalidade é fundamental na leitura proposta, tendo em vista que há uma diferenciação nas opressões que as mulheres sofrem. A classe, a raça e o gênero são os principais demarcadores dessa diferenciação e devem ser considerados levando em conta toda a complexidade presente nas diversas formas de opressão. A interseccionalidade se mostra como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177), no caso das mulheres negras, os esses eixos se encontram nas questões de gênero e de raça, além da questão da luta de classes, o que implica na necessidade de uma resistência de múltiplas facetas, diferente das mulheres brancas, que não têm que se preocupar cotidianamente com a sua questão racial.

## A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO FEMINISTA NEGRO

A teoria feminista negra recebe seus primeiros textos nos Estados Unidos no momento denominado Segunda Onda do feminismo, na década de 80. Enquanto Simone de Beauvoir, feminista branca, afirmava que “não se nasce mulher, torna-se”, referindo-se aos papéis de gênero impostos pela sociedade, Sojourner Truth aparece com outro questionamento: “E não sou eu uma mulher?” na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, tornando-se uma das maiores referências do início do feminismo negro.

[...] aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851)

Mulher e negra, Sojourner questiona a diferença de apontamentos entre brancas e negras, em que o primeiro grupo é visto como delicado, que precisa de proteção e de cuidado por ser frágil, enquanto que o segundo é subjugado, inferiorizado e silenciado. A partir dessa visão, Sojourner parte do pressuposto de coisificação e de não-categoria em que as mulheres negras estão inseridas, numa tentativa de desconstruir e ressignificar o termo mulher. Mais ainda, o feminismo

negro surge com o objetivo de discutir as relações de opressão de forma interseccional, para que seja possível uma resposta ativista e o empoderamento da grande maioria que não é abarcada pelo feminismo branco (COLLINS, 2012, p. 101)

Bell hooks, feminista negra estadunidense, alega em seus estudos que o feminismo surgiu não das mulheres mais vitimizadas e oprimidas - estas se encontravam em uma situação de impotência para mudar sua situação de vida - mas da parte feminina que detinha o poder, as feministas brancas (HOOKS, 2015, p. 193). Tal discurso se dá levando em consideração a interseccionalidade, fundamental na leitura proposta, tendo em vista que há uma distinção nas opressões que as mulheres sofrem. Segundo Angela Davis, não apenas classe, mas a raça e o gênero são os principais demarcadores dessa diferenciação,

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. (ANGELA DAVIS, 2011)

Inclui-se ainda a sexualidade e o status de cidadania quando a ótica se refere ao contexto estadunidense (COLLINS, 2012, p. 102). A interseccionalidade mostra-se, portanto, como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177), no caso das mulheres negras, os eixos supracitados, o que implica na necessidade de uma resistência de múltiplas facetas. Com o conceito em mente, fica claro que se mulheres negras de classe média tivessem iniciado o movimento, o mesmo teria sido abafado devido a cor de pele e a classe social a que essas mulheres estavam inseridas (HOOKS, 2015, p. 199), advindas de um contexto de diáspora e de escravidão de seus antepassados.

Devido ao privilégio de cor, as feministas brancas dominam o feminismo com pautas que abarcam somente as suas iguais, raramente se questionando sobre as mulheres que não fazem parte da mesma realidade e mesmo se recusando a chamar a atenção para questões relacionadas a raça e a classe (HOOKS, 2015, p. 195). As consequências do silenciamento dessas categorias são gritantes, como a exclusão das mulheres negras e indígenas, dentre diversas outras categorias não inclusas no pensamento da sociedade branca dominante. Mais além, quando raça é finalmente pautada pelas feministas brancas em uma tentativa de “desaprender o racismo”, o assunto é abordado a partir de um pensamento estereotipado, condescendente e paternalista, direcionado para o público branco e focando em mudança de atitude, ao invés de no contexto histórico e político da opressão racial (HOOKS, 2015, p. 205).

Tal atitude condescendente e paternalista fica evidente quando nos deparamos com as denúncias de hooks, onde fica explícito o silenciamento que era dirigido a ela e às outras negras em rodas de conversas feministas:

Quando participei de grupos feministas, descobri que as mulheres brancas adotavam uma atitude condescendente em relação a mim e outras participantes não brancas. A condescendência que elas dirigiam a mulheres negras era um dos meios que empregavam para nos lembrar de que o movimento de mulheres era “delas” – que

podíamos participar porque elas nos permitiam, até mesmo incentivaram[...] Elas não nos viam como iguais, não nos tratavam como iguais. E, embora esperassem que fornecêssemos relatos em primeira mão da experiência negra, achavam que era papel delas decidir se essas experiências eram autênticas[...] Nossa presença em atividades do movimento não contava, já que as mulheres brancas estavam convencidas de que a negritude “real” significava falar o dialeto dos negros pobres, não ter estudos, ser esperta e uma série de outros estereótipos. Se nos atrevêssemos a criticar o movimento ou assumir responsabilidade por reformular ideias feministas e introduzir novas ideias, nossa voz era abafada, desconsiderada, silenciada. Só poderíamos ser ouvidas se nossas afirmações fizessem eco às visões do discurso dominante. (HOOKS, 2015, p. 205)

De um lado, a agressividade e a exclusão dirigidas às mulheres negras fazia com que muitas desistissem de participar de grupos feministas. Do outro, as brancas se colocavam no lugar de vítima, promovendo uma imagem distorcida de si mesmas, como se fossem elas que estivessem sob constante ataque. O relato de uma branca de classe média deixa clara a promoção da autoimagem vitimizada e completamente alheia aos próprios privilégios, no qual relata que se sentia subordinada à babá negra, pois não podia desobedecê-la (HOOKS, 2015, p. 206). Ora, no seu esforço contínuo em se tornar a vítima, a mesma não reconhece que quem estava sob opressão era a negra, que seguia ordens superiores, limpava sua sujeira, fazia sua comida e era responsável pela sua criação, enquanto era obrigada a deixar os filhos e marido em casa para cuidar de sua família branca.

Voltando ao questionamento de Sojourner Truth “e não sou eu uma mulher?”, seria a mulher negra o próprio antagonismo das mulheres brancas, constantemente estereotipadas como sendo a mulher bestializada, desumanizada, promíscua e lasciva, além de feias, dotadas de sobre-força e trabalhadoras adequadas para serviços desumanizados (CARNEIRO, 2004, p. 286). Esse padrão atinge o imaginário de forma tão grosseira e violenta, que muitas mulheres chegam a acreditar que elas são essas coisas, enquanto que a mulher branca sempre foi retratada com aspectos como delicadeza, fragilidade e pureza. Afinal o povo negro já nasce com a opressão gravada na cor de sua pele, pois a estrutura da sociedade evidencia isso a todo tempo, e por mais que feministas brancas ajam como se fossem elas as salvadoras que informaram às negras que elas sofriam opressão, na verdade foram as mulheres brancas que só perceberam sua situação de oprimidas quando uma teoria o disse, o que revela ainda mais sua posição privilegiada (HOOKS, 2015, p. 203).

A violência contínua a que essas mulheres são submetidas desde sua ancestralidade evidencia as consequências do patriarcado, da escravidão e do racismo agindo em conjunto em todos os âmbitos de sua existência: no mercado de trabalho, saúde, representação, afetividade (CARNEIRO, 2004). No trabalho, está sempre relegada a papéis considerados humilhantes demais para as mulheres brancas, como o serviço doméstico; Na questão da solidão, onde estruturalmente são preteridas pelos homens, além de ter seus filhos e demais familiares mortos pelo genocídio negro; Na saúde, onde sofrem violências vítimas de médicos racistas devido ao estereótipo da negra dotada de sobre-força; Nos meios de comunicação, onde não existe a presença da mulher negra ou, se existe, é sempre de uma forma sexualizada e subalternizada.

A experiência do racismo, ainda que não ocorra de forma homogênea, une o coletivo de mulheres negras, permitindo a criação de um corpo coletivo de saberes

que se reconhecem entre si (COLLINS, 2012, p. 105). Dialogando com Sueli Carneiro e Patricia Hill Collins, apesar das opressões que as mulheres negras compartilham dentro de sua coletividade, vale ressaltar que sob uma ótica individual, as mulheres negras não possuem experiências idênticas e por vezes não interpretam as experiências coletivas de forma similar (COLLINS, 2012, p. 109), bem como inclusive feministas negras podem discordar e ter ideias diferentes entre si, como nos lembra Angela Davis (2011):

E mesmo dentre as feministas negras é preciso reconhecer a grande diversidade existente. Algumas mulheres negras se referem a si próprias como mulheristas, usando o termo de Alice Walker. Outras são feministas e fazem um trabalho mais prático, por exemplo, contra a violência sexual. Há também feministas negras que são acadêmicas, como Patrícia Hill Collins, que escreveu um livro sobre o pensamento feminista negro.

O que quer dizer que apesar de termos consciência das vivências negras como um todo, não podemos nos deixar levar para os caminhos de uma história única e universal que transforma a opressão em uma categoria homogênea. Ao contrário, mesmo dentro do feminismo negro é necessário fazer recortes e análises mais aprofundadas e diferenciadas, levando-se em consideração a sexualidade, etnia, nacionalidade, religiosidade, cidadania e classe a que essas mulheres pertencem (COLLINS, 2012).

Trocando a ótica de Sueli Carneiro e Patricia Hill Collins, feministas negras brasileira e estadunidense, respectivamente, para a de uma feminista britânica, Hazel V. Carby pontua os principais eixos que regem o feminismo branco e o porquê deles não se aplicarem da mesma forma quando direcionados para as mulheres negras. São eles: família, patriarcado e reprodução (CARBY, 2012, p. 213). As feministas brancas veem a família como uma forma de opressão, onde às mulheres são relegadas tarefas maternas e domésticas, pautadas na dependência de um homem provedor. Enquanto isso, as famílias negras devem ser reconhecidas pelo seu aspecto de resistência, tendo em vista o caráter de escravidão que provocou o constante genocídio dos corpos negros e as formas de resistir a opressão dos negros escravizados (CARBY, 2012, p. 213). No aspecto de patriarcado, o feminismo branco luta contra a dominação masculina e a submissão dos corpos femininos. Ao analisarmos do ponto de vista racial, não se pode dizer que o patriarcado acontece da mesma forma, posto que, ao direcionado para as mulheres negras, o machismo age não apenas de forma sexista, mas também racial (CARBY, 2012, p. 215). Na questão da reprodução, em que mulheres brancas lutam pelo direito a não reproduzir, as mulheres negras seguem pelo direito à continuação da vida de seus filhos, que são constantemente mortos pela sociedade racista, além do direito a participação na criação dos mesmos, tendo em vista que a maior parte do tempo essas mulheres estão inseridas em famílias brancas, como as empregadas e babás que garantem a reprodução da mão de obra branca (CARBY, 2012, p. 219).

Mais a fundo, hooks apresenta uma “hierarquia” na relação de opressão: enquanto a mulher branca é oprimida pelos homens, ela também tem privilégios de raça e de classe, o que dá poder para oprimir negras, com relação a gênero e raça, e oprimir homens negros, com relação a raça. O homem negro, por sua vez, ao mesmo tempo em que luta para destruir o racismo e é oprimido pelos brancos, também age como opressor contra as mulheres negras no sentido de gênero. E por último as mulheres negras, que são oprimidas pelos homens e mulheres brancos

devido sua raça e gênero, e pelos homens negros devido ao seu gênero. Logo, ao contrário das outras categorias, a mulher negra não tem poder de opressão sob nenhum gênero, raça ou classe, não tem nenhum “outro” institucionalizado (HOOKS, 2015, p. 208). É por isso, também, que se faz necessário um movimento feminista negro.

Numa realidade escravocrata como a do Brasil, em que a mão de obra foi quase que completamente composta por negros e negras escravizados, há de se pautar a exploração a que essas pessoas foram submetidas. A mulher negra que viveu a escravidão era explorada na reprodução da vida (como responsável pela reprodução da mão-de-obra escrava), na produção dentro do sistema colonial e imperial brasileiro, além de vítima da objetificação sexual - a escrava era “uma coisa”, “uma propriedade” e que por ser mulher vivenciava a realidade de objeto sexual (CARNEIRO, 2004). A desumanização e animalização da colonização possui longa duração histórica, reverberando nas estatísticas de violência e desigualdades que perpassam a vida das mulheres negras. Percebe-se, aqui, que a história das mulheres negras mostra mais uma permanência de desigualdades e discriminações, do que de rupturas do passado escravagista. Me arrisco a dizer que o pilar que sustenta todas as pautas do feminismo negro é o reconhecimento dessas mulheres como seres humanos, haja vista a coisificação e bestialização a que corpos negros foram - e são - submetidos.

#### Pautas do feminismo negro

Diversas são as pautas do feminismo negro: o mercado de trabalho, aborto e direitos reprodutivos, violência doméstica e sexual, violência policial, embranquecimento, padrão de beleza e mídia (ARRAES, 2016), dentre diversos outros tópicos. No mercado de trabalho, as mulheres negras são a maioria das empregadas domésticas, além de receberem salários menores que os de mulheres brancas - que por sua vez recebem menos que os homens (ARRAES, 2006). Com relação à violência, o número de negras mortas por feminicídio tem aumentado exponencialmente, enquanto que o de mulheres brancas diminuem. O Mapa da Violência de 2015 mostra claramente a diferença de opressão entre mulheres brancas e negras. Enquanto a violência contra a mulher branca diminuiu 9.8% entre 2003 e 2013, o número de mulheres negras que sofreram violência subiu 54.2% no mesmo período (WAISELFSZ, 2015).

Na questão reprodutiva, 62,8% das mortes decorrentes de gravidez são de mulheres negras e 35,6% das brancas (RIBEIRO, 2016). O aborto se mostra um problema ainda maior, levando-se em consideração que mulheres realizam o procedimento em clínicas clandestinas, sem especialistas, materiais e higiene necessários. Destas, a maioria é negra e pobre, sem acesso a um serviço de qualidade e ainda à mercê da ilegalidade, o que mostra a precariedade de políticas de saúde pública para essas mulheres (RIBEIRO, 2016). São ainda as maiores vítimas de violência obstétrica devido a médicos racistas que carregam o pensamento deturpado de que a mulher preta carrega força sobre-humana e por isso tem que aguentar as dores mais absurdas e mesmo desnecessárias no momento do parto. Sem contar que, em 1980, as mulheres negras eram forçadas a serem esterilizadas (RIBEIRO, 2016). Soma-se ainda o genocídio da população negra por parte dos policiais, que tem como alvo comum jovens, em sua maioria negra, usurpando não apenas a vida de um ser humano, mas a de toda a família que perde um ente querido devido à sua cor de pele.

A solidão da mulher negra é um outro fator a ser discutido. Abandonadas pelos maridos, preteridas nos relacionamentos amorosos, à mulher negra é relegado o lugar de “mulata ferosa”, a que foi feita para diversão e noites quentes, mas sempre no segredo de quatro paredes sob o pretexto de “eu não quero nada sério” e “eu ainda não sei o que sinto por você”, enquanto mulheres brancas são assumidas e apresentadas à sociedade por seus parceiros.

A armadura que me dá forças é a mesma que esconde a minha tristeza e a minha fragilidade. Ser negra significa: ter sofrido racismo desde que nasci, ser preterida ao longo da sua vida e, ao mesmo tempo, ser constantemente assediada e hiperssexualizada. (RIBEIRO, 2015)

Adiciona-se o abandono na gravidez, com um alto contingente de mulheres negras como mães solo ou o abandono paterno após o nascimento da criança, bem como o pensamento racista de que a mulher negra é forte o tempo inteiro, portanto tem que aguentar tudo isso sim. Sobre o estereótipo de fortaleza sobre-humana cobrado das mulheres negras, Djamilia Ribeiro, feminista negra brasileira, deixa claro que

[...] O trabalho, o fato de ela ter de ser forte, guerreira é uma imposição do Estado, que é omissivo. Eu não gosto de colocar a mulher negra inerentemente forte porque acho que é desumano. Eu também tenho direito à fragilidade. Eu sou uma pessoa como outra qualquer, tem dia que estou triste, que eu me sinto fraca. Nós somos fortes sim, mas querer naturalizar isso é escamotear a omissão do Estado. A gente tem que ser forte porque as oportunidades não são iguais, porque a realidade é muito violenta. A mulher negra também tem o direito de ser frágil e de não ter que carregar o mundo nas costas (RIBEIRO, 2016).

A representatividade da mulher negra é mais uma pauta da imensidão que é o feminismo negro. O machismo aliado com o racismo que assolam a população feminina negra atingem em cheio a autoestima e o amor próprio das mulheres. As mesmas não se veem representadas seja na televisão, na política, educação ou em qualquer espaço de poder, ou, se veem uma negra nesses espaços, geralmente é aquela que mais se parece com as brancas: os cabelos lisos, o nariz fino, a pele um pouco mais clara.

Essa falta de representatividade aparece desde cedo, quando crianças negras não encontram brinquedos que se pareçam minimamente com elas ou quando não se veem nos comerciais de bebês. Mais duro ainda, quando ainda crianças pedem ou são levadas pela mãe a alisar os cabelos por estar sofrendo racismo na escola e nas ruas, e por ver na própria televisão que seu cabelo não é, de forma alguma, representado. Em pesquisa realizada em 2015, realizada para compreender a formação de identidade de mulheres negras e analisar as repercussões do racismo na construção de identidade, cinco mulheres negras foram convidadas a falar sobre sua vivência (MIRANDA; SILVA, 2015). Tendo como apoio a frase “conte-nos sobre sua trajetória como mulher negra”, tais mulheres, com idade entre 22 e 49 anos, relataram situações de racismo em sua trajetória. A partir dos relatos, observou-se que o período em que mais sofreram ataques racistas foi durante a adolescência, no ambiente escolar, e principalmente relacionados aos seus cabelos (MIRANDA; SILVA, 2015).

Outra pesquisa realizada confirma o racismo no ambiente escolar (WESCHENFELDER; HENN, 2017). A partir de 35 narrativas retiradas do blog

Blogueiras Negras, observou-se que as principais queixas das mulheres negras são o racismo contra o seu cabelo, chegando a situações em que as mesmas desejavam serem brancas (WESCHENFELDER; HENN, 2017). Entre os relatos de ambas as pesquisas, estão

O meu cabelo vivia alisado e preso. Os meus cachos eram vergonha para mim... Era uma carga muito pesada. Em nada eu parecia com as meninas da escola. [...]. Eu não me sentia pertencente a nada. Me sentia flutuante. Sem um espelho social para olhar e me enxergar. (Neiriele Marques apud WESCHENFELDER; HENN, 2017)

#### E Dandara (nome fictício), sobre o motivo de ter alisado o cabelo

Não que meu cabelo não agradava [longa pausa]. Não, ele não agradava, realmente. Mas, pela influência da escola, talvez.... Acho que, sei lá, para ficar na mesma estética que elas (Dandara apud MIRANDA; SILVA, 2015)

Em Orlando, a escola Faith Christian Academy convidou Vanessa VanDyke, uma jovem negra de 12 anos, a alisar o cabelo ou se retirar da escola (BACHINI, 2013). Na creche Centro de Educação da Primeira Infância Caliandra, no Distrito Federal, Brasil, uma menina negra de 4 anos também foi vítima do racismo. A mãe da criança, Polyelle Conrado, informou que a filha chegou aos prantos em casa porque a professora lavou o cabelo de todas as colegas, menos o dela porque era “duro” (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2017). Traumatizada, a menina pediu que a mãe alisasse o seu cabelo devido ao episódio (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2017). Casos como esses são mais comuns do que se imagina. São meninas negras que desenvolvem o auto ódio desde muito cedo e procuram incansavelmente mudar a própria aparência para se adequar aos padrões aceitáveis – o padrão branco.

#### (A falta de) Representatividade

A falta de representatividade está presente na aparição de negros em filmes e novelas. São apenas 4% de negros na televisão (LORAS, 2017), onde são representadas quase que exclusivamente como empregadas domésticas, motoristas, traficantes, escravos, a amante hipersexualizada que quer destruir o relacionamento do casal branco, sambistas e amigos conselheiros que acompanham o protagonista durante a trama, mas sem nunca ter os holofotes em si, como meros coadjuvantes. Na Rede Globo, uma das principais emissoras brasileiras de televisão, de 290 novelas já produzidas, somente duas foram protagonizadas por negras e, apenas, 15,2% das séries produzidas tiveram como protagonistas negros e negras, que em números absolutos significa apenas 23 de um total de 152 séries (MARIA, 2017).

No Brasil, um país em que quase 54% da população se autodeclara negra, é no mínimo estranho o fato de afrodescendentes quase não aparecerem na mídia. E quando aparecem, seguindo esses estereótipos. O mesmo se repete nas propagandas, em que a maioria esmagadora das aparições são mulheres brancas, loiras, jovens e magras ou, se apresentam mulheres negras, muitas vezes as apresentam de forma racista. Um exemplo recente foi o caso de uma propaganda da Dove, acusada de racismo. Na propaganda em questão, uma mulher negra tira uma camiseta para revelar uma mulher branca (PRESSE, 2017).

Também nas produções cinematográficas a exclusão se evidencia. Dentre os lançamentos com maior bilheteria no Brasil, 84% dos filmes foram dirigidos por homens brancos, 13% por mulheres brancas, 10% por homens negros e

absolutamente nenhum por mulheres negras. Além disso, apenas 20% dos atores em destaque eram negros e pardos, sendo apenas 4% dos papéis de destaques concedidos para mulheres negras (MARIA, 2017). A invisibilidade se repete no jornalismo: entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017, foram transmitidos 204 programas de sete emissoras brasileiras (Cultura, SBT, Rede Globo, Rede Record, RedeTV!, Gazeta e Bandeirantes), totalizando 272 apresentadores, sendo apenas 3,7% de negros e negras, ou seja, 10 apresentadores negros contra 261 brancos (MARIA, 2017).

Nos Estados Unidos a ausência de representatividade se repete. No Oscar, uma das maiores premiações do cinema mundial, a invisibilidade é constante. Entre 1929 e 2016, de 1617 indicados, apenas 66 eram negros, destes, somente 16 negros foram premiados (ESTADÃO, 2016). Em 2016 essa falta de indicações gerou protestos por parte de atores que se negaram a prestigiar o evento e compartilharam a hashtag, #OscarsSoWhite, em forma de protesto contra a desigualdade gerada pelo racismo na premiação. Um dos motivos seria o fato de que dos 5 mil membros da Academia americana de cinema, apenas 2% eram negros (LIMA, 2017). Em 2015, Viola Davis foi a primeira negra a ganhar um Emmy de melhor atriz. Ao receber o prêmio, a atriz fez um discurso contundente sobre invisibilidade e falta de oportunidades para mulheres negras:

Na minha mente, eu vejo uma linha. E sobre essa linha que eu vejo campos verdes e flores lindas e belas mulheres brancas com seus braços esticados para fora sobre essa linha. Mas eu não consigo chegar lá, não sei porque. Eu não consigo superar essa linha. Isso era Harriet Tubman em 1800. E deixe-me dizer uma coisa, a única coisa que separa as mulheres de cor de qualquer outra pessoa é oportunidade. Você não pode ganhar um Emmy por papéis que simplesmente não existem. Então aqui está para todos os escritores, o pessoal maravilhoso (...) que redefiniu o que significa ser bonito, ser sexy, ser uma mulher protagonista, ser negra. (DAVIS, 2015)

Na indústria musical a realidade não é diferente. O Grammy Awards, em 59 edições, apenas em 12 oportunidades premiou uma pessoa negra no Melhor Álbum do Ano. Já o Video Music Awards (VMA), uma das principais premiações da música americana, em 31 edições, concedeu 8 vezes o prêmio foi para artistas negros.

Tal invisibilidade da mulher negra brasileira e estadunidense evidencia a estrutura racista em que ao mesmo tempo em que a mulher negra brasileira é considerada mãe da cultura brasileira, ao mesmo tempo ela é invisível (DAVIS, 2011) e silenciada, em que as mulheres negras vem lutando a bastante tempo contra a ausência de representatividade, mulheres negras ainda são retratadas como a “mãe preta” - como por exemplo a atriz Whoopi Goldberg, sempre em papéis como intermediadora de relações entre pessoas brancas ou que auxilia na maturidade de crianças brancas (DAVIS, 2011) - , cantoras e atrizes negras seguem sem receber o devido reconhecimento por seus talentos e, mais ainda, seguem recebendo o estereótipo de mulheres raivosas por reivindicarem a igualdade racial em tais premiações.

É contra essas ausências e silenciamentos que o movimento feminista negro traz a representatividade como roteiro na luta pela emancipação e valorização da mulher negra. A não-valorização da imagem das mulheres negras seja na televisão, na música, no cinema, política ou em qualquer âmbito de poder, colabora não apenas com o embranquecimento que atinge jovens negras ao tentar se aproximar

da imagem branca e loira que vê na mídia, como também um auto ódio por sempre serem retratadas como promíscuas e lascivas, fadadas a serem empregadas domésticas, a amante, a mãe preta ou a escrava a serviço da branquitude. Na inexistência de identificações positivas, “a criança negra afasta-se de si própria, de sua raça, em sua total identificação com a positividade da brancura que é ao mesmo tempo cor e ausência de cor” (BHABHA, 2007).

Nesse sentido, lutar para que mulheres negras sejam reconhecidas é ainda uma forma de resistência que as diferencia das pautas do feminismo branco, pois mulheres brancas raramente precisaram lutar para que sua imagem não fosse relacionada unicamente a sexo, promiscuidade ou serviços de baixa remuneração. Mais ainda, a representatividade importa quando sabemos a diferença que faz para uma criança negra ver alguém que tem a mesma cor, cabelo e boca que ela, aparecer sem que seja de forma submissa e estereotipada:

Bem, eu tinha 9 anos quando Star Trek foi ao ar. Eu olhei para a televisão e saí correndo pela casa gritando: “Vem aqui, mãe, todo mundo, depressa, vem logo! Tem uma moça negra na televisão e ela não é empregada!”. Naquele exato momento eu soube que podia ser o que eu quisesse (GOLDBERG, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria citada pelas autoras é apenas um pouco do inúmero arcabouço de diferenciação entre as opressões de mulheres brancas e negras, uma gota na imensidão que se encontra entre as duas categorias. Vale lembrar que ressignificar o feminismo traçando uma trajetória de raça não significa dizer que o sofrimento das mulheres brancas não importa, mas sim que ele não é o único existente e que, ao contrário, é o único que tem sua voz ouvida e aclamada. É necessária uma conscientização das feministas brancas perante os recortes que precisam e devem ser feitos em suas pautas, para que o silenciamento e a exclusão sejam erradicados e todas as mulheres sejam ouvidas e atendidas.

Mais ainda, é necessária a admissão de que o feminismo carrega a problemática de ser um movimento majoritariamente branco e detentor do discurso da maioria branca, enquanto mulheres negras continuam sendo invisibilizadas. Há que se dizer com todas as letras: os movimentos feministas que não fazem recorte de raça tendem a serem racistas e classistas, por isso faz-se urgente que mulheres pretas continuem avançando, que existam políticas, práticas e teorias que abarquem suas especificidades. O feminismo negro surge, então, como uma alternativa às vozes negras silenciadas, promovendo um debate acerca da situação a que mulheres negras se encontram, a desconstrução de estereótipos, a desnaturalização e o combate à violência, a representatividade e o empoderamento, seja de feministas negras, seja de mulheres negras que nunca ouviram falar a palavra ‘feminismo’, para que enfim nós, mulheres pretas, não tenhamos mais de esbravejar aos quatro cantos e a plenos pulmões o mesmo questionamento de séculos atrás: e não somos nós mulheres?

## Why a black feminism

### ABSTRACT

The article aims to answer the question "why not a universal feminism?". Sojourner Truth in the nineteenth century noted that while men said that women were fragile and needed help in whatever they did, she, a black woman, was a former slave who landed, worked hard, and bore the whip. Did that make her less of a woman than the others? Thus, black intellectuals such as bell hooks, Angela Davis, Sueli Carneiro, Hazel Carby, Patricia Hill Collins and Djamila Ribeiro are consulted who, elucidating the concept of intersectionality, seek to capture the various axes of subordination to which black women are inserted, explaining the which should be taken into account when dealing with this specific group. The reading of the arguments of the authors allows us to observe that the black woman is inserted in a level of violence that brings other concerns and that are not part of the guidelines of the white women: the violence of gender allied to the racial violence. Thus, the article highlights the need for a black feminism, it is noteworthy that only black authors were used to discuss the theories approached, thus promoting one of the demands of black feminism: the representation of black women as subject of their stories and not as mere objects of study for white looks.

**KEYWORDS:** Race. Gender. Black Feminism. Intersectionality.

## Porque un feminismo negro

### RESUMEN

El artículo pretende responder a la pregunta "¿por qué no un feminismo universal?". Sojourner Truth, en el siglo XIX, observó que mientras los hombres decían que las mujeres eran frágiles y necesitaban ayuda en todo lo que hicieran, ella, mujer negra, era una ex esclava que a la tierra, trabajó duro y soportó el azote. ¿Eso la hacía menos mujer que las otras? En el caso de las mujeres negras, Angela Davis, Sueli Carneiro, Hazel Carby, Patricia Hill Collins y Djamila Ribeiro, que, elucidando el concepto de interseccionalidad, buscan capturar los diversos ejes de subordinación a la que se insertan las mujeres negras, explicando las mismas diferenciaciones que deben tenerse en cuenta al tratarse de ese grupo específico. La lectura de los argumentos de las autoras nos permite observar que la mujer negra está inserta en un nivel de violencia que trae otras preocupaciones y que no forman parte de las pautas de las mujeres blancas: la violencia de género aliada a la violencia racial. Por lo tanto, el artículo destaca la necesidad de un feminismo negro, es de destacar que solo se utilizaron autores negros para discutir las teorías abordadas, promoviendo así una de las demandas del feminismo negro: la representación de las mujeres negras como tema de sus historias y no como meros objetos de estudio para ojos blancos.

**PALABRAS CLAVE:** Raza. Género. Feminismo Negro. Interseccionalidad.

## NOTAS

<sup>1</sup> O nome bell hooks aparece com letras minúsculas devido critérios e princípios da própria escritora.

## AGRADECIMENTOS

À Nelma Gomes de Souza - mulher, preta, ex-empregada doméstica e minha mãe, que me ensinou desde pequena a conquistar minha independência, lutar pelo que eu quero e jamais abaixar a minha cabeça. À todas as mulheres negras que lutaram antes de mim e a todas que têm suas vozes silenciadas: é por vocês que eu grito.

## REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria**. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>> Acesso em 31 jan. 2019.

BACHINI, Karen. **Criança é forçada a alisar o cabelo ou se retirar da escola**. 2013. Disponível em: <<http://eaibeleza.com/off/menina-expulsa-escola-alisar-cabelo/>> Acesso em 31 jan. 2019.

BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1574>> Acesso em 31 jan. 2019.

CARBY, Hazel. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes, et al. **Feminismos Negros. Una Antología**. Madri, 2012. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2019.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele, (Org.). **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004. p. 286 (História do negro no Brasil).

CARNEIRO, Sueli. Ideologia tortuosa. In: **Revista Caros Amigos**. 2003. Disponível em: <[http://equipemultilondrina.pbworks.com/w/file/48266496/Ideologia\\_Tortuosa.pdf](http://equipemultilondrina.pbworks.com/w/file/48266496/Ideologia_Tortuosa.pdf)> Acesso em 31 jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes, et al. **Feminismos Negros. Una Antología**. Madri, 2012. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2019.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em 31 jan. 2019.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>> Acesso em 31 jan. 2019.

DAVIS, Viola in: Hugogloss. **Viola Davis é a primeira negra a ganhar o Emmy de melhor atriz: veja seu discurso arrasador.** 2015. Disponível em:<[https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/21/emmy-2015-viola-davis-e-primeira-mulher-negra-a-ganhar-emmy-de\\_a\\_21687676/](https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/21/emmy-2015-viola-davis-e-primeira-mulher-negra-a-ganhar-emmy-de_a_21687676/)> Acesso em 31 jan. 2019.

ESTADÃO. **Polêmica do Oscar.** 2016. Disponível em:<<https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-carlos-merten/polemica-no-oscar/>> Acesso em 31 jan. 2019.

GOLDBERG, Whoopi. In: GELEDÉS. **Papo sério: Representatividade importa.** 2015. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/papo-serio-representatividade-importa/>> Acesso em 31 jan. 2019.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista, 2015. In: **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, n.16, p.193, jan./abr. 2015. Disponível em:<<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/15309/10931>>. Acesso em 31 jan. 2019.

LIMA, Juliana Domingos. In: GELEDÉS. **Como a representatividade no Oscar avançou em 2017.** E como ela ainda precisa melhorar. 2017. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/como-representatividade-no-oscar-avancou-em-2017-e-como-ela-ainda-precisa-melhorar/>> Acesso em 31 jan. 2019.

LORAS, Alexandra B. **O Negro na Mídia.** 2017. Disponível em:<<https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-alexandra-loras/o-negro-na-midia/>> Acesso em 31 jan. 2019.

MARIA, Carolina. **Uma análise sobre (a falta de) representatividade negra na TV brasileira.** 2017. Disponível em:<<https://medium.com/@coolmeia/m%C3%ADdia-e-as-negras-a-representatividade-negra-na-tv-brasileira-fb8e57ad0735>> Acesso em 31 jan. 2019.

MIRANDA, Márcia Santos; SILVA, Josilane Lima. As repercussões do racismo na construção da identidade de mulheres negras. In: **Revista Brasileira de Psicologia,** 02(núm. esp.), Salvador, Bahia, 2015. Disponível em:<<http://revpsi.org/wp-content/uploads/2015/12/Miranda-Silva-2015-As-repercuss%C3%B5es-do-racismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-identidade-de-mulheres-negras.pdf>> Acesso em 31 jan. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb,** v. 5, p. 15-34, 2004. Disponível em:<<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20-%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf>> Acesso em 31 jan. 2019.

PRESSE, France. **Dove se desculpa após propaganda receber críticas de internautas por racismo,** 2017. Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/dove-se-desculpa-por-propaganda-considerada-racista.ghtml>> Acesso em 31 jan. 2019.

Redação Pragmatismo. **Por que a professora só não quis lavar o cabelo da única criança negra?**, 2017. Disponível em:<<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/por-que-a-professora-so-nao-quis-lavar-o-cabelo-da-unica-crianca-negra.html>> Acesso em 31 jan. 2019

RIBEIRO, Djamila. **Entrevista concedida a Ana Flávia Oliveira.** 2016. Disponível em:<[https://www.vice.com/pt\\_br/article/bmgkvd/entrevista-djamila-ribeiro-2016](https://www.vice.com/pt_br/article/bmgkvd/entrevista-djamila-ribeiro-2016)> Acesso em 31 jan. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro: violências históricas e simbólicas**. 2016. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-violencias-historicas-e-simbolicas/>> Acesso em 31 jan. 2019.

RIBEIRO, Stephanie. **A solidão da mulher negra**, 2015. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/a-solidao-da-mulher-negra/>> Acesso em 31 jan. 2019.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?**. (1851), In Geledés, 2014. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em 31 jan. 2019.

UOL. **VMA é racista?** Polêmica deve roubar a cena na premiação este ano. 2015. Disponível em:<<https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2015/08/30/vma-e-racista-polemica-deve-roubar-a-cena-na-premiacao-este-ano.htm>> Acesso em 31 jan. 2019.

WAISELFSZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 2015. Disponível em:<[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)> Acesso em 31 jan. 2019.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; HENN, Elí Terezinha. Ir para a escola, um ato de coragem: Narrativas de mulheres negras sobre suas experiências escolares. In: **Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência**. 38ª Reunião Nacional – ANPEd, São Luís – MA, 01 a 05 de Outubro, 2017. Disponível em:<[http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT13\\_1220.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT13_1220.pdf)> Acesso em 31 jan. 2019.

**Recebido:** 31 jan. 2019.

**Aprovado:** 08 ago. 2019.

**DOI:** 10.3895/cgt.v13n41.9502.

**Como citar:** LOPES, Vilma de Souza. Porque um feminismo negro. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 90-104, jan./jun., 2019.

**Correspondência:**

Vilma de Souza Lopes

Quadra Central 1, Conjunto M, Casa 14, Santa Maria, Brasília – DF, Brasil.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

